

SENADO FEDERAL

31

Gabinete do Sen. Romário (PODEMOS-RJ)

EMENDA Nº534 - PLEN (à PEC nº 6, de 2019)

Suprimam-se do texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019 os incisos III e IV do art. 35.

JUSTIFICAÇÃO

A revogação pelos incisos III e IV do art. 35 das regras de transição das EC 41/03 e 47/05 afeta drasticamente a expectativa legítima de direito dos servidores públicos que foram investidos em seus cargos até 1998 e até 2003, impactando-os com a redução do valor dos proventos e a elevação de idade mínima para a aposentadoria, a pretexto de "combater privilégios". Trata-se de falácia, que desconhece que o direito acumulado é resultado de uma carreira construída por longo período e sujeita a situações de altos e baixos, em que a aposentadoria integral e a paridade são meras compensações e garantia de estabilidade financeira, que valorizam a carreira e protegem o próprio interesse público.

A revogação das regras de transição ofende o princípio da proporcionalidade, submetendo, sem qualquer direito de opção, o servidor que tenha ingressado até a data da sua promulgação a novas regras de transição extremamente restritivas, sem sequer respeitar a expectativa de direito para que o servidor público que ingressou no serviço público até 31/12/2003 aposente-se com a integralidade e paridade. Conforme artigo publicado pelos juristas Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira, Paulo Modesto e Rafael Miranda Gabarra em 22 de fevereiro de 2019¹:

"Verifica-se que a regra de transição não contempla um simples período adicional proporcional, popularmente denominado de pedágio, buscando assegura a proteção da confiança de quem tem muitos anos de contribuição e pouca idade, prejudicando aquele que ingressou jovem no mercado de trabalho e contribui há mais de 25 ou 30 anos e que planejou sua vida previdenciária. Essas pessoas estão sujeitas a um regime de transição desde a Emenda Constitucional 20/98, alterada pela Emenda Constitucional 41/2003, as quais empregaram o chamado pedágio para aposentadoria como regra de transição, certo que o critério eleito pelo poder constituinte reformador foi de 20% do tempo que da data da promulgação de emenda faltaria para atingir o limite (artigo 9°, parágrafo 1°, "b" da Emenda Constitucional 19/98 e artigo







2º, III, "b", da Emenda Constitucional 41/2003). Algumas dessas pessoas estão há cinco ou dez anos da aposentadoria e merecem respeito à confiança, posto que algumas estão sujeitas a regime de transição há 21 anos, aproximadamente. Regras de transição são normas de passagem, pontes temporais que se esgotam com o implemento da situação que regulam. O legislador reformador não pode alterar ou suprimir regras de transição por meio de novas regras de transição posteriores, sobretudo sem considerar — proporcionalmente — a eficácia passada da norma de transição implementada."

Ao desconsiderar tal necessidade, a PEC 6 ofende, assim, ao princípio da proteção da confiança e ao da proporcionalidade, um dos elementos da segurança jurídica, essencial no Estado Democrático de Direito, que possui dimensão tanto institucional como individual, afigurando-se direito e garantia fundamental (artigo 60, parágrafo 4°, IV da Constituição).

Como assegura Paulo Modesto, "Não se trata de tutelar simples expectativa de direito, mas de reconhecer valor jurídico ponderado para situações jurídicas que se encadeiam no curso do tempo, à semelhança de degraus de aquisição paulatina de requisitos para obtenção da situação subjetiva final, e que não podem ser equiparadas à situação dos novos entrantes do regime, sob pena de fraudar expectativas legítimas . Numa palavra: a relação previdenciária é um processo, comportando situações jurídicas intermediárias, cujo valor jurídico não se mede sem consideração do princípio da proporcionalidade e da equidade"².

A presente proposta visa, assim, manter as regras de transição das EC 20, 41 em 47 em vigor, ampliando o leque de alternativas em respeito a tal princípio, sem, uma vez mais, interromper, e prejudicar, de forma abrupta e elevadamente onerosa àqueles que se acham às vésperas de concluir os requisitos para a aquisição de direitos, as garantias estabelecidas naquelas disposições constitucionais.

Assim, para que sejam preservadas essas situações com uma transição mais justa, impõe-se a supressão de tais revogações.

1Regra de transição adotada pela PEC da Previdência é injusta e irrazoável. Conjur, 22.02.2019. Disponivel em https://www.conjur.com.br/2019-fev-22/opiniao-regra-transicao-adotada-pec-previdencia-injusta

2 Paulo Modesto. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA: PROTEÇÃO DA CONFIANÇA E PROPORCIONALIDADE. R. Bras. de Dir. Público – RBDP, Belo Horizonte, ano 15, n. 56, p. 9-54, jan./mar. 2017

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO



Parlamentar	Assinatura
Karlo Jary	Joseph
Dono	
Rodrigo facheco	
Phulo Raffa	Thula
Mailya Gomes	
MANCOS DO LAC	atabol
Inder h gordon	
Febrau Orfueld.	A
KALURU	
sola sano	NOSOLO,
Opiouch	1 College
Adia /	X (Manuary)
Jamis	() / / · ·
major otimpos -	
Elmano Ferrer	J'64 Blyl:
Juga Silve	(fu)
CHORAZZZIAU	
Eliziane Goma	Manyer
saguer Wagner	Magner
Prinio Valein	Clinia Voles
CID GOMEP	
	M
José Mananhaio	
Sergus Potolo	
Otto Akencar	and the same of th
REGIFFE	
Weverton	
Randolfe	II Smith TITA
W USLU CHINA	Jan
fach fairly	The same of the sa
TWIS CSDIOS HEIHT	
	Junior 1021



•	٦	ı
`	_	•
- 1	CL))
,	₹	í
·	٠,	í
-	_	
- 3		
•	C)
7	F	í
- 1	ш)
•	T	١
٠,	Į,	•
- (1	1
•	-	ť
		2
-	ď	•
- 7	V	ı
- (C)
- 3	•	۲.
Ç	۸.	1
7	v	₹
- (٠.	j
- 1	0	١
	4	,
	7)
- 3	-	۲
(X,	j
-	_	
- 2		
- :	-	•
г	`	
٠	-	
	-	
- 3	T	۲
	"	•
- (~)
- 7		ζ
(X,	j
	-	١
٠,	٠	!
- (1	
٠,	-	•
	c	2
7	T	í
٠,	J	,
	۰	•
- 1	-	
•		í
		J
	Y	١
•	^	•
- ()
	=	í
(J	ر
		۱
	\succeq	•
	c	2
٠	-	_
	'n	í
	u	J
	ď	۲

